



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro, Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DAS LUTAS POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS IMPLICAÇÕES FORMATIVAS PARA A COMUNIDADE CAMPESINA E, EM ESPECIAL PARA AS MULHERES NO PERÍODO DE 1980 - 2000.

Eixo Temático XX – XXX X XX X XXX

Maria Alice França dos Santos¹
Gislaine Aparecida Valadares de Godoy²

RESUMO

O texto que segue, é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, realizada durante a graduação em Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Cianorte. O estudo analisou a atuação das mulheres, na criação e consolidação de escolas nos assentamentos da população originária dos movimentos sociais de luta pela terra, destacando o papel feminino, na transformação desses espaços em ambientes de emancipação e desenvolvimento comunitário. O período em análise foi entre os anos de 1980 a 2000, momento em se realizava a reforma agrária no Brasil e, quando surgiram os movimentos sociais que lutavam por uma reforma que distribuísse terras a população rural que teria sido 'engolida' pelos grandes proprietários de terras. A investigação baseou-se em autores como Caldart (2008) e Oliveira (2007), entre outros, utilizando para fins de análise, o materialismo dialético como metodologia, pois como destaca Pires (1997), esse método busca compreender a materialidade histórica da vida em sociedade e as leis fundamentais que estruturam a organização social ao longo da história; nos permitindo superar a separação entre sujeito e objeto de análise, possibilitando compreender a Educação do Campo não como um modelo imposto por uma lógica externa, mas como um processo formativo construído pelos próprios sujeitos do campo, tendo as mulheres como as principais agentes nesse processo. Como resultados da pesquisa, observamos que a educação, foi um elemento indispensável para a efetivação da reforma agrária, para melhoria das condições de vida nas áreas rurais, evidenciando a interdependência entre educação e direitos sociais. Notou-se, ainda, que a atuação feminina foi fundamental na resistência contra as estruturas patriarcais, que dificultavam

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá/UEM. ra126890@uem.br.

² Professora Adjunta do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá- Campus Regional de Cianorte. gavgodoy@uem.br.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

a participação das mulheres nas lutas sociais e sustentáveis na busca pela igualdade de gênero nos contextos rurais sendo um mecanismo para promover mudanças efetivas, tanto na educação, quanto nas questões agrárias.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Movimentos Sociais, Educação do Campo, Mulheres.

INTRODUÇÃO

O período de 1980 a 2000 marcou uma fase de intensas mobilizações sociais e políticas relacionadas à reforma agrária no Brasil. Durante esse intervalo, destacou-se não apenas a luta pela redistribuição de terras, mas também as iniciativas para garantir direitos fundamentais, como o acesso à educação nas áreas rurais. Este estudo teve como objetivo geral, analisar o papel das mulheres na construção e consolidação de escolas no campo, explorando como suas ações foram fundamentais para transformar os assentamentos de reforma agrária em espaços de emancipação e desenvolvimento comunitário. A partir das contribuições de autores, como Caldart (2008) e Oliveira (2007), buscou-se compreender como as mulheres camponesas, muitas vezes invisibilizadas nas narrativas tradicionais, participaram da luta por uma educação que respeitasse a realidade do campo. As iniciativas femininas não se limitaram à criação de escolas, mas abarcaram também a formulação de propostas pedagógicas que integrassem as vivências rurais ao processo educativo, inspiradas nas ideias de Paulo Freire sobre educação popular. O estudo explorou como as mulheres articularam demandas educacionais com a luta por justiça social e igualdade de gênero, enfrentando resistências tanto no contexto patriarcal do campo quanto nas políticas públicas que frequentemente negligenciam a população rural. Assim, o texto examina a importância da educação não apenas como um direito básico, mas como um instrumento de transformação social e política, destacando a centralidade das mulheres na construção desse legado.

A análise procurou evidenciar as contribuições das mulheres para a implementação de um modelo educacional inclusivo e comprometido com a



formação crítica no campo, ressaltando o impacto de sua atuação para o fortalecimento dos assentamentos e para a democratização do acesso à educação no Brasil rural, durante um período determinado, no qual ocorreu a reforma agrária brasileira, isto é, entre os anos de 1980 a 2000.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico e dialético. Essa metodologia possibilita compreender as transformações sociais a partir das condições materiais de existência e das relações de produção, permitindo investigar as estruturas de opressão e as formas de resistência das mulheres camponesas no contexto das lutas pela educação do campo entre 1980 e 2000.

A revisão bibliográfica foi conduzida por meio da análise documental, pesquisa em bases de dados acadêmicas e seleção da literatura. Foram examinados documentos oficiais, legislações agrárias, relatórios de movimentos sociais e materiais didáticos utilizados nas escolas do campo vinculadas aos assentamentos de reforma agrária. Foram consultadas fontes indexadas em periódicos científicos, livros, artigos e teses sobre educação do campo, pedagogia crítica, luta pela reforma agrária e feminismo camponês, priorizando autores como Paulo Freire, Roseli Caldart e Carmen Diana Deere. A seleção da literatura contemplou estudos publicados entre 1980 e 2023, privilegiando materiais que abordam as relações entre gênero, educação e movimentos sociais no contexto agrário brasileiro. Os dados extraídos da literatura foram organizados e analisados com base em três categorias temáticas: o papel das mulheres na construção das escolas nos assentamentos, os impactos da educação na consciência política e organização social, e os desafios enfrentados nesse processo. Essas categorias permitiram identificar estratégias adotadas por mulheres camponesas para garantir a educação em suas comunidades, bem como avaliar as dificuldades políticas, estruturais e culturais que limitaram o acesso à educação nos assentamentos.



REFERENCIAL TEÓRICO

O materialismo histórico e dialético surgiu no século XIX, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels como uma abordagem teórica para compreender as transformações sociais a partir das condições materiais de existência e das relações de produção. Esse método permite analisar como as mudanças econômicas, políticas e sociais estão interligadas, destacando a dinâmica das contradições que impulsionam o desenvolvimento histórico. Ou seja, de acordo com Pires (1997), por se caracterizar pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade e pelas leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade; nos possibilita alcançar a compreensão das condições socio e econômicas que moldam as experiências das mulheres camponesas e as estruturas de opressão que enfrentam. Essa perspectiva permite analisar as relações entre gênero, raça e classe no contexto das lutas pela educação e pela justiça social, evidenciando que a educação transcende a mera transmissão de conhecimentos formais, constituindo-se como um instrumento de transformação social e política. A adoção dessa abordagem crítica é fundamental para a pesquisa, pois possibilita uma leitura aprofundada das práticas educativas desenvolvidas pelas mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Compreender a educação dentro do contexto material e histórico em que essas mulheres estão inseridas permite afirmar que suas ações não se limitam à melhoria das condições educacionais, mas visam também a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a colonização, o Brasil desenvolveu um capitalismo dependente, inicialmente baseado na grande propriedade de terras. A partir de 1930, o avanço da industrialização intensificou o êxodo rural, promovendo a concentração fundiária e transformando áreas agrícolas em pastagens. Apesar das discussões sobre reforma agrária na Constituição de 1946, nenhuma medida foi aprovada, e os debates só se intensificaram posteriormente



com maior participação popular. Esse período marcou um dualismo econômico, em que as economias rural e urbana seguiram trajetórias opostas. Segundo Sandroni (1999), a agricultura foi vista como “atrasada”, enquanto a indústria se modernizava. A expulsão de camponeses levou muitos a se tornarem boias-frias ou operários urbanos, enquanto a elite latifundiária expandia seu poder econômico. Pequenos agricultores endividados foram forçados a vender suas terras, incapazes de competir com a mecanização agrícola.

Com o declínio do sistema latifundiário, o Brasil entrou em um período de instabilidade política. As Ligas Camponesas, criadas em 1945 e retomadas em 1954, impulsionaram a luta pela reforma agrária, culminando na desapropriação da fazenda Engenho Galiléia. A urbanização acelerada e o fortalecimento da Contag em 1963 ampliaram as mobilizações rurais. O golpe militar de 1964 reprimiu sindicatos e organizações camponesas, resultando na perseguição e expulsão de trabalhadores rurais. O governo revogou a Lei nº 2.437/19551 e impôs novo controle fundiário, priorizando a produtividade agrícola e a formação de uma classe média rural empresarial, em detrimento da distribuição de terras. Surgindo assim, um dos mais importantes documentos relacionados às leis agrárias: o Estatuto da Terra, que estabelecia direitos e deveres ligados aos imóveis rurais, que possuía como o objetivo implementar a reforma agrária e fomentar uma política agrícola. Esse documento legal, dizia que se a terra não atendesse à sua função social, ela poderia ser desapropriada para a realização de uma possível “reforma agrária” (Fernandes, 2016).

A reforma agrária trouxe consigo movimentos sociais de luta pela terra, e a ideia de uma educação voltada aos interesses da população do campo, emergiu dentro desses movimentos.

No início, a educação não era uma prioridade central, pois a escola era vista como uma responsabilidade do poder público. No entanto, devido ao contexto político da criação de assentamentos durante o governo de José Sarney (1985-1990), esse entendimento se modificou e, a educação passou a ser vista como algo necessário a conscientização da importância dos movimentos sociais, da luta pela verdadeira



democracia e, pela politização da população semterra. Desse modo, foi durante a elaboração e execução do Plano de reforma agrária (PNRA) ,que ocorreu um impulso significativo para a criação de ocupações, que posteriormente, se tornaram assentamentos conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E, a partir daí, de acordo com Cunha (2016), o movimento percebeu, que a luta pela terra também deveria incorporar a luta pela educação, uma vez que esta havia sido posta em segundo plano e negligenciada pelo poder público durante a conquista dos assentamentos.

Dessa forma, as primeiras experiências de educação escolar dentro do movimento foi em acampamentos que se resultaram em assentamentos conquistados por meio das lutas dos camponeses ocorridos em 1984, como no acampamento Nova Ronda Alta, no município de Ronda Alta, RS, uma extensão do acampamento Encruzilhada Natalino, onde ocorreram as primeiras ocupações durante a ditadura militar e repressões de coronéis como a do Major Curió, que era contra as ocupações e transformou o local em uma trincheira. Mas, após diversas tentativas de despejo, em 1982, as famílias camponesas conquistaram uma área de 110 hectares onde puderam se estabelecer sem risco de remoção e onde o movimento organizou escolas improvisadas. E, foi com uma iniciativa das mulheres camponesas, apoiadas por igrejas e movimentos sindicais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, em anos anteriores, lutavam contra a ditadura e se alinharam à causa dos trabalhadores rurais na construção de escolas que fossem dentro desses assentamentos, que a luta pela educação nos acampamentos e assentamentos se intensificou.

Essas mulheres atuavam como voluntárias e como educadoras leigas e, a princípio as concepções educacionais, foram com base nas ideias de Paulo Freire, que já havia voltado do exílio com as ideias da educação popular, que havia sido implantada anteriormente no país e, foi um dos motivos pelos quais, Freire teria sido afastado do país e, o qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se fundamentou. Isso

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade

ocorreu em diversas regiões brasileiras, no Espírito Santo, tendo em vista que desde o início do século XX existe uma grande movimentação de urbanização. Mas, 75% da população era de áreas rurais até meados de 1970 e, não se tinha uma educação que respeitasse seus costumes, tradições e cultura. Apenas, houve um incentivo a uma industrialização, que causou o que Cunha (2016), vai chamar de esvaziamento demográfico do campo. Que teve como uma das principais características, as negações de direitos como a educação e consequentemente a subalternização das populações do campo.

A inserção das mulheres camponesas na universidade, como destaca o estudo, contribui para a desestabilização dessas relações patriarcais. Ao se tornarem estudantes universitárias, elas desenvolvem um olhar crítico sobre suas condições e passam a se reconhecer como sujeitos de conhecimento, capazes de contribuir para suas comunidades de maneira transformadora.

Segundo Freire (1987), a conscientização e o reconhecimento da opressão são passos fundamentais para a emancipação. A educação permite que as mulheres camponesas identifiquem as estruturas que as oprimem e tomem medidas para transformá-las, rompendo com a cultura do silêncio e estabelecendo uma nova dinâmica de participação e diálogo em suas comunidades.

Ao final da década de 1990, com o amadurecimento desses movimentos e a crescente conscientização sobre a importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento e a consolidação dos assentamentos, tanto o MST quanto os sindicatos passaram a incluir de forma mais ativa as demandas femininas. Entre 1992 e 1995, o movimento passa pela fase de "consolidação da proposta de escola", em que se fortalece o compromisso com uma educação diferenciada, com currículos que reflitam as necessidades dos trabalhadores rurais e abordem temas de relevância para a comunidade. Já o período entre 1996 e os anos 2000 marca uma transição "da escola para a educação no MST", ampliando o entendimento do MST sobre educação.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

Nessa fase, o movimento precisa estabelecer um projeto político do MST,

enfatizando a importância da formação crítica e da pedagogia voltada para a transformação social. Dalmagro (2017) relata, que neste momento, a educação é vista não apenas como um processo de instrução, mas como um instrumento de mobilização social e fortalecimento da identidade dos trabalhadores rurais.

É nesse contexto, que surgem também cursos de formação técnica e superior, com parcerias institucionais que permitem que os membros do movimento, incluindo mulheres, possam acessar uma educação mais ampla.

No final dos anos 1980, quando a escola já está claramente articulada à luta dos semterra, começam a se estabelecer vínculos entre a escola, os propósitos do MST e a realização da Reforma Agrária. Nos primeiros escritos (1990 e 1991) que tratam da escola, esta aparece como orgânica ao MST, como espaço e instrumento de luta. Entende-se que os conflitos em torno da terra precisam ser trabalhados pela escola e que o grande desafio desta, passa a ser vincular o conhecimento e o processo educacional à organização dos assentamentos, às formas de trabalho e organização. As referências pedagógicas principais do período são a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e as experiências de Educação Popular que orientam sobretudo o trabalho com alfabetização de adultos nos acampamentos (Dalmagro, 2017, p. 6).

Entre 2001 e 2006, ocorre a fase de "massificação e crise da escola", na qual o MST enfrenta desafios em expandir sua proposta educacional, principalmente pela crescente demanda e pelas limitações estruturais e econômicas. A crise reflete as contradições de um movimento que busca ampliar o acesso à educação sem abrir mão de seus princípios. Apesar dos problemas, a participação das mulheres no movimento educativo permanece significativa, especialmente na luta por melhorias nas condições de ensino e na manutenção de uma educação voltada para os trabalhadores rurais. Durante esse período, a educação do MST começa a enfrentar os desafios impostos pelo próprio crescimento do movimento, o que envolve tanto limitações físicas quanto uma necessidade crescente de professores qualificados.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

O período de 2007 a 2016, caracterizado por "laborações sobre escola",

caracteriza-se por uma radicalização na concepção da educação do MST, mas também por um recuo nas lutas. Com uma visão mais crítica, o movimento retoma debates internos sobre o papel da educação e ajusta suas práticas às necessidades do contexto social e político brasileiro.

Nesse contexto, as mulheres desempenham papéis fundamentais, tanto na gestão das escolas quanto na liderança de comissões educacionais, que buscam garantir que os princípios pedagógicos do MST continuem alinhados com seus objetivos de transformação social (Dalmagro, 2017).

A experiência do MST, segundo Dalmagro (2017), mostra a escola como um espaço de construção da consciência de classe e como parte de uma estratégia mais ampla de luta por direitos. A educação é vista como um componente indispensável para a efetivação da reforma agrária e a melhoria das condições de vida nas áreas rurais. As escolas do MST, estruturadas para atender os assentamentos e acampamentos, foram se transformando em locais de formação política e social, promovendo um sistema de ensino voltado para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

A trajetória dessas mulheres evidencia que a luta pela educação do campo não seguiu uma trajetória linear. Cada conquista foi resultado de batalhas específicas, influenciadas pelo contexto local e pelas estratégias adotadas pelas mulheres em suas próprias comunidades. Ações aparentemente pequenas, como ocupações e manifestações locais, formaram a base para uma mobilização mais ampla, que integrou e valorizou as diversas formas de luta das mulheres rurais no Brasil, de modo que para contar a história da luta das mulheres do campo pelos seus direitos, se faz necessário contar a história de diferentes grupos de mulheres do país.

Conforme Valadão (2014), a inserção das mulheres no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é um exemplo de como a educação pode ser uma ferramenta transformadora, especialmente em contextos rurais dominados pelo patriarcado e pela exploração capitalista. No Pontal do Paranapanema, a atuação das



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



militantes do Movimento Sem Terra (MST) na educação tem sido fundamental para fortalecer a luta por direitos e autonomia, construindo um território de resistência e conscientização das mulheres.

O PRONERA, fundado em 1998, surgiu para atender às necessidades educacionais de populações em áreas de reforma agrária, oferecendo desde a alfabetização até o ensino superior e a formação técnica (Camacho, 2014). Esse programa é uma resposta à histórica negligência do Estado em relação à educação no campo, onde, conforme dados do INCRA (2010), menos de 1% das famílias assentadas em diversas regiões tinham acesso ao ensino superior. Através da pedagogia da alternância, que permite que os estudantes conciliem os estudos com o trabalho agrícola, o PRONERA fortalece o acesso à educação de forma inclusiva, considerando as demandas do campo.

O programa é uma resposta à histórica negligência do Estado em relação à educação no campo, onde, conforme dados do INCRA (2010), menos de 1% das famílias assentadas em diversas regiões tinham acesso ao ensino superior. Através da "pedagogia da alternância", que permite que os estudantes conciliem os estudos com o trabalho agrícola, o PRONERA fortalece o acesso à educação de forma inclusiva, considerando as demandas do campo (Camacho, 2014).

No contexto do MST, a educação se torna um espaço de luta pela igualdade de gênero. Valadão (2014) destaca que o MST, além de lutar pela reforma agrária, promove a igualdade de gênero em suas práticas organizativas, incluindo a paridade nas direções e o incentivo à formação das mulheres em cursos superiores. O movimento, ao incorporar a temática de gênero em sua agenda, reconhece a dupla opressão enfrentada pela mulher camponesa: a exploração econômica e o patriarcado (Mota; Paula, 2012). Isso transforma a Educação do Campo em um território de emancipação para as mulheres, criando condições para que elas possam atuar em espaços de decisão (Valadão, 2014).



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



Esse processo de educação contribuiu para uma ressignificação das funções atribuídas a cada gênero nos assentamentos. Como observam Mota e Paula (2012), ao sair de suas casas, as mulheres desafiam a divisão tradicional doméstica, uma mudança que contribuiu para a reestruturação das relações de gênero. Segundo Pedon (2009), essa transformação territorial é um exemplo do que ele chama de desterritorialização-reterritorialização, onde a mulher camponesa, ao adquirir autonomia e formação educacional, reconstrói seu espaço de maneira consciente, redefinindo seu papel na família e na comunidade (Pedon, 2009).

A participação ativa das mulheres nos movimentos sociais não apenas rompe com a invisibilidade histórica política e social que lhes foi imposta, mas também cria oportunidades para uma educação não formal, conforme descrito por Gohn (2006). Por meio dessa educação política, as mulheres camponesas revisitam e reavaliam suas condições de vida, o que fortalece sua atuação nos espaços públicos e abre caminhos para a criação de políticas que promovam a igualdade de gênero. Segundo Schwendler (2015), ao se organizarem coletivamente, essas mulheres questionam divisões sexuais do trabalho e ocupam espaços estratégicos anteriormente reservados aos homens, contribuindo para a desconstrução de estruturas patriarcais profundamente enraizadas.

Outro importante movimento liderado pelas mulheres na luta pelo direito à educação é a Marcha das Margaridas. Ela foi inspirada na história de Margarida Maria Alves, uma líder sindical assassinada em 1983 devido ao seu engajamento em defesa dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. Em homenagem a ela, a primeira edição da marcha ocorreu em 2000, com o lema "2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista", reforçando as reivindicações por uma vida mais digna para as mulheres do campo e para toda a sociedade. Desde então, a cada quatro anos, mulheres de todo o Brasil, se organizam e marcham em Brasília para destacar as questões que afetam suas vidas. Como afirmam Nascimento, Silva e Costa (2024), a Marcha das Margaridas se destaca como um espaço de inclusão social que fortalece a luta coletiva das mulheres, promovendo uma reflexão crítica sobre suas condições e proporcionando a construção de uma visão comum de mundo e sociedade.

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

A importância da Marcha das Margaridas é limitada ao momento da manifestação em Brasília, ela é precedida por um intenso processo de mobilização e organização local. As participantes se reúnem em suas comunidades, onde discutem os problemas que enfrentam no cotidiano e elaboram propostas para políticas públicas que atendam às suas necessidades. Essa preparação se configura como um processo de educação popular, onde, por meio de metodologias participativas, as mulheres compartilham experiências e se fortalecem como agentes de transformação. Segundo Caldart (2004), os movimentos sociais, como a Marcha das Margaridas, são educativos ao promoverem uma formação política que se baseia na vivência e na prática coletiva.

A autora destaca que esses movimentos são espaços de aprendizagem onde os participantes constroem uma "identidade coletiva" e desenvolvem um sentido de pertencimento a uma causa maior. No caso da Marcha das Margaridas, as mulheres se educam mutuamente ao compartilharem suas experiências e lutas, aprendendo a ver a si mesmas não apenas como trabalhadoras rurais, mas como sujeitas de direitos, capazes de influenciar políticas públicas e transformar a sociedade. Essa identidade coletiva é um dos maiores legados da marcha, pois permite que as participantes se reconheçam como parte de um movimento de resistência que busca romper com as opressões patriarcais, racistas e de classe que permeiam suas vidas (Caldart, 2004).

Em vez de centralizar suas ações em demandas gerais, as mulheres camponesas construíram suas ações em demandas com raízes locais, que eram capazes de responder aos desafios específicos de cada região. Isso fez com que a luta fosse complexa, envolvendo tanto a resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural quanto a defesa de um modelo de educação que considerasse as especificidades da vida no campo.

Portanto, a trajetória dessas mulheres evidencia que a luta pela educação no campo não seguiu uma trajetória linear. Cada conquista foi resultado de batalhas

específicas, influenciadas pelo contexto local e pelas estratégias adotadas pelas mulheres em seus próprios comunitários.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Saúde e Sustentabilidade



Acções ampliadas para ocupações, saúde e sustentabilidade formaram a base para uma mobilização mais ampla, integrando e valorizando as diversas formas de luta das mulheres rurais no Brasil. Assim, é essencial contar a história das lutas das mulheres do campo por seus direitos, destacando os diferentes grupos de mulheres do país.

A igualdade de gênero é fundamental para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Freire (2005), a educação deve ser um ato de amor e respeito ao próximo, promovendo o diálogo como ferramenta para que os sujeitos se tornem conscientes de sua capacidade de transformar o mundo. Incorporando essa perspectiva, o MST promove uma educação voltada para a reflexão crítica, incentivando homens e mulheres a questionarem as estruturas de poder e a buscarem uma convivência baseada na igualdade e no respeito. Assim, a educação do campo no MST busca transformar não apenas a vida dos indivíduos, mas a sociedade como um todo.

Esse processo de conscientização é complexo e exige um esforço contínuo de debate e formação, em que os homens são incentivados a refletir sobre seus próprios preconceitos e a desconstruir visões de dominação. A aceitação plena da participação feminina no MST não é imediata, mas sim um objetivo que se alcança por meio de um processo gradual de transformação e educação política, promovido em coletivos e grupos de discussão. Esse processo visa construir o que o movimento chama de “novo homem” e “nova mulher,” pautados na equidade e na solidariedade.

Na perspectiva do materialismo dialético, a luta das mulheres camponesas no contexto do MST e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) pode ser compreendida como uma expressão das contradições entre as estruturas sociais patriarcais e capitalistas e as demandas de emancipação dessas mulheres. A realidade está em constante transformação, impulsionada pelas contradições que surgem entre as forças produtivas e as relações de produção, ou entre diferentes classes sociais. Nesse

sentido, a opressão das mulheres no campo se insere em uma complexa rede de relações de classe, gênero e cultura, que perpetuam desigualdades e limitações ao seu desenvolvimento e autonomia.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade



A luta das mulheres camponesas, ao mesmo tempo, simplifica essa dinâmica dialética, na qual a busca por emancipação e igualdade se choca com as estruturas patriarcais e capitalistas presentes no campo. As relações de gênero nessas comunidades têm raízes históricas profundas, marcadas por uma divisão de trabalho que confina as mulheres a papéis domésticos e de cuidado, enquanto os homens assumem posições mais visíveis na produção e na tomada de decisões. Esse modelo social, no entanto, é desafiado pelas práticas e pelas exigências das mulheres que, ao se organizarem coletivamente, passam a questionar e resistir a esses papéis impostos. Esse processo de resistência e questionamento promove a consciência de classe e gênero, evidenciando as contradições no modo de vida rural, que oscila entre práticas tradicionais e as novas demandas de igualdade e reconhecimento.

No movimento educativo do MST, influenciado pela pedagogia crítica de Paulo Freire, as mulheres são incentivadas a desenvolver uma consciência crítica sobre sua posição na sociedade e sobre as relações de opressão que as subjugam. A educação, nesse contexto, não é apenas uma ferramenta de conhecimento técnico, mas um processo de transformação social, no qual as mulheres identificam as estruturas que limitam sua autonomia e começam a agir para transformá-las.

As mudanças sociais, nesse sentido, são processos históricos que ocorrem em etapas, conforme as contradições internas se intensificam. No caso do MST e do MMC, as tensões e os conflitos relacionados à igualdade de gênero podem ser vistos como momentos necessários de crise e transformação, nos quais os membros do movimento, tanto homens quanto mulheres, são confrontados com a necessidade de rever seus valores e práticas. Esses conflitos, ao invés de serem apenas barreiras, são elementos fundamentais para a formação de uma nova consciência coletiva, em que o respeito à igualdade de gênero e o reconhecimento do papel das mulheres se consolidam como valores centrais.

A trajetória das mulheres camponesas, como detalhada por Conte (2013), revela a ação dos movimentos sociais como espaços de resistência e transformação social. A partir do materialismo dialético, essa trajetória pode ser interpretada como uma luta contra

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Sustentabilidade

as estruturas opressoras do capitalismo e da sociedade perpetuam a exploração e marginalização das mulheres no campo. Ao se organizarem, essas mulheres transcendem a condição de objetos da opressão e se tornam agentes históricos, promovendo a transformação não apenas de suas próprias condições de vida, mas também das bases sociais que sustentam a opressão de gênero e classe.

A luta das mulheres, especialmente das camponesas e trabalhadoras rurais, se conecta profundamente com a ideia de "esperançar" de Paulo Freire (1992), que é uma esperança ativa, coletiva e transformadora. Freire via a esperança como algo fundamental para a ação de mudança — uma prática que não se limita a esperar que as condições melhorem, mas que impulsiona os indivíduos e grupos a se organizarem, agirem e lutarem pela transformação de sua realidade.

Para as mulheres no campo, a luta por direitos, igualdade e reconhecimento não é apenas uma resposta às injustiças históricas, mas um movimento ativo de construção de um futuro melhor, alinhado ao "esperançar" freiriano. Esse "esperançar" implica ter consciência de sua situação, identificar as opressões e, a partir daí, mobilizar-se para mudar. Essa perspectiva se traduz na prática cotidiana das mulheres camponesas, que, ao se organizarem em movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), encontram força e apoio para lutar coletivamente contra as desigualdades e pela justiça social.

Freire (1992) defendia que a educação e a luta, só têm sentido se estiverem ligadas à busca de transformação, e as mulheres camponesas colocam essa visão em prática ao reivindicar não só direitos, mas também uma nova forma de organização social que valorize sua cultura, seus saberes e suas demandas específicas. Elas exercem

a esperança como um ato político, que se reflete em mobilizações, protestos e ações educativas voltadas para a emancipação. Esses movimentos não são apenas atos de

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Sustentabilidade

resistência; são também uma maneira de manter a consciência e a vida das mulheres e das comunidades, promovendo a construção de uma nova sociedade.

Dessa forma, a luta das mulheres se torna um exemplo vivo do "esperançar", uma vez que é a partir de sua ação coletiva e de sua capacidade de sonhar com um futuro melhor que elas constroem, dia após dia, uma realidade mais justa. "Esperançar", para essas mulheres, significa não desistir diante das adversidades, mas acreditar que, através da luta e da educação, é possível realizar mudanças profundas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a relevância do papel das mulheres na construção de escolas e na luta por uma educação inclusiva e transformadora no contexto da reforma agrária no Brasil, entre 1980 e 2000. As mulheres camponesas, muitas vezes invisibilizadas nas narrativas históricas, assumiram protagonismo em um processo que foi além da simples criação de instituições educacionais. Elas desempenharam um papel central na formulação de práticas pedagógicas que dialogavam com a realidade do campo, valorizando os saberes locais e promovendo uma formação crítica e emancipatória.

A análise demonstrou que a educação, no contexto das lutas pela terra, tornou-se uma ferramenta indispensável para a transformação social. Inspiradas pelas ideias de Paulo Freire e impulsionadas pela necessidade de garantir o direito à educação para suas comunidades, as mulheres camponesas não apenas criaram escolas, mas também lutam por uma educação que promovesse cidadania e empoderamento.

Ao longo do período estudado, os movimentos sociais, como o MST e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), contribuíram significativamente para consolidar a luta por direitos educacionais no campo. Contudo, os desafios enfrentados, tanto pela resistência de estruturas patriarcais quanto pela negligência do Estado, reforçam a importância da continuidade dessas lutas. As mulheres, nesse contexto,

mostraram-se agentes fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O papel das mulheres na construção de escolas no campo transcende a dimensão educacional. Ele representa um marco na luta por igualdade de gênero, inclusão social e fortalecimento das comunidades rurais. Ao se organizarem e reivindicarem

IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Sustentabilidade

direitos, essas mulheres transformam o cenário político e social brasileiro, mostrando que a luta pela terra e pela educação são inseparáveis na busca por justiça social.

O protagonismo das mulheres foi uma das principais contribuições deste estudo. Elas não apenas lutaram por seus direitos, mas também abriram caminhos para que crianças e jovens do campo tivessem acesso a uma educação significativa, conectada às suas realidades e necessidades. O papel dos movimentos femininos se mostrou essencial na construção de uma agenda de igualdade e justiça social, permitindo que as mulheres camponesas se reconheçam como agentes de sua história. Concluímos que a luta pela educação do campo continua sendo uma pauta urgente. É necessário que os sistemas de ensino e as políticas públicas priorizem a materialização do artigo 28 da LDB/96, garantindo um modelo educacional que respeite as especificidades do campo e promova a emancipação de seus sujeitos. Mais do que um direito básico, a educação do campo deve ser compreendida como um processo de fortalecimento da cidadania e de transformação social. Portanto, a presente pesquisa reforça a importância de ampliar os debates e produções acadêmicas acerca da educação do campo e das mulheres camponesas, reconhecendo-as como protagonistas na luta por direitos e por um futuro mais justo e igualitário.

Para mim, enquanto pesquisadora da educação do campo e mulher, esta pesquisa possui um grande valor, especialmente por ser filha de uma camponesa, neta de um lavrador e bisneta de indígena. A oportunidade de desenvolver um estudo que contribua para a compreensão e a inclusão de novas pesquisas sobre o contexto das famílias camponesas é profundamente significativa. Essa pesquisa não apenas reflete sobre as minhas origens, mas também reforça minha relevância enquanto pesquisadora comprometida com a valorização desse tema. Além disso, minha trajetória como mulher, filha e neta de camponeses fortalece o vínculo entre minhas experiências pessoais e minha produção acadêmica. Pois acredito que pode trazer, mesmo que de forma indireta,

elementos do que vivi e vivo em meu cotidiano para a área acadêmica, é muito significativo essa conexão entre minha história e a pesquisa enriquece esse campo de estudo e dá voz às vivências de tantas outras famílias camponesas como a minha, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa.



REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 166, p. 19-35, nov./dez. 1996

ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010

ALVES, Gilberto Luiz. Educação no campo: recortes no tempo e no espaço [livro eletrônico]. 1. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2023. ePub.

BEZERRA, Luiz. Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 out. 2023. BRASIL. Decreto no 91.766. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html. Acesso em: 1 sep. 2024.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Esquerda Progressista Uruguaia e a Reforma Agrária de Mercado: 2004-2011. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; et al. (orgs.). Território em Conflito, Terra e Poder.

Goiânia: Kelps, 2014. p. 105-169.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993. p. 15-40.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004. CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. In:

SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Educação do campo: campo, políticas públicas, educação. Brasília, DF: Inkra: MDA, 2008. p. 67-97.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro, Educação em Sexualidade,

Temas: Saúde e Sustentabilidade



CAMACHO, Rodrigo Simão. A formação da sustentabilidade: o gema da Questão Agrária. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CATTELAN, R.; MORAES, M. L. DE; ROSSONI, R. A. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019)/ Agrarian reform in political cycles of Brazil (1995 – 2019)/ Reforma agraria en los ciclos de Brasil (1995 – 2019). Revista Nera, n. 55, p. 138–164, 2020

CHALOBA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioni; MESQUITA, Ilka Miglio de. História e memória da educação rural no século XX. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 10, n. 117, p. 86-92, 2011.

CONTE, Isaura Isabel. De mulheres camponesas em movimento na América Latina ao Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Revista Grifos, vol. 22, núm. 34/35, pp. 51-65, 2013. em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572967125004>. Acesso em: 02 nov. 2024.

CONTE, Isaura Isabel. Mulheres, auto-estima e feminismo. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 8, n. 89, p. 1-4, out. 2008.

COMANDANTA RAMONA. Lei revolucionária de mulheres zapatistas. México: EZLN, Disponível em: <https://mujeresylasexta.wordpress.com/leyrevolucionaria-de-mujeres-zapatistas/>. Acesso em: 03 dez. 2024 7109, jan. 2015. 1993

CUNHA, H. S. A feminização da luta por escolas do campo. Uma questão de gênero e classe. Entrelaçando, n. 10, ano V, 2016.

DA OCUPAÇÃO, DA TERRA À; OCUPAÇÃO; ESCOLA, D. A. História da educação no MST (1979-2022).

DALMAGRO, S. L. História da escola no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v.17, n.3 [73], p. 782-810, jul./set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v17i2.8645847>.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



- DE SOUZA ROCHA, Rosaly Justina; CABRERA, Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. *Produção Acadêmica*, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.
- DEERE, Carmen Diana. "Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos a terra e movimentos sociais rurais". *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 18, p. 112-146, 2002.
- DOS SANTOS, Martha Valente Domingues; LIMA, Marcela Francis Costa; GOUVÊA, Fernando César Ferreira. Reflexões sobre a trajetória da educação popular no Brasil.
- REPECULT - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura, v. 2, n. 3, p. 128-141, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/222332>.
- FERNANDES, Maria José Costa. Da luta pela terra à luta pela Reforma Agrária no Brasil. *Revista GeoInterações*, v. 1, n. 1, p. 55-67, 2017.
- FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. *Revista Eletrônica de Educação*, ano V, n. 09, 2011.
- FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Professoras missionárias “pessoas de rara dedicação e boa vontade”: Campanha Nacional de Educação Rural no Brasil (1952-1963). *Anuário Mexicano de Historia de la Educación*, v. 1, n. 1, p. 115-132, 2018.
- FONSECA, Genaro; FERREIRA, Luís Henrique. Educação para emancipação: a experiência de Paulo Freire em Angicos–RN. *Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais*, v. 2, n. 3, p. 217-238, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. *GeoTextos*, v. 2, 2006.
- GERMANO, José Willington. As quarenta horas de Angicos. *Educação & Sociedade*, v. 18, p. 391-395, 1997.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



GOHN, Maria da Glória. Educação, Gênero, Saúde e Sustentabilidade: sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GUIMARÃES, Marcelo De Chiacchio. Movimentos sociais e a educação do campo, no campo e para o campo. Revista Cactácea – Educação, Filosofia, v. 4, n. 10, 2024.

HOFFMAN, Jéssica Fernanda de Andrade; ROCHA, Douglas Diego Palmeira;

RODRIGUES, Paula Margherita Maria de Oliveira. As contribuições de Paulo Freire para a educação popular no contexto da globalização. 2014. LYRA, Carlos. As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação. 1996.

MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012. ISSN 1413-0580.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989. MOLINA, Mônica Castanha. Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades. Educar em Revista, Curitiba, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, Maria Eleusa da; PAULA, Maysa do Carmo de. A questão de gênero no MST e a educação do campo. In: Diálogos inclusivos nos diferentes caminhos da educação na pauta do V CINTEDI: tecendo redes de solidariedade na sociedade pós-moderna. ISBN: 978-65-5222-007-3, 2024.

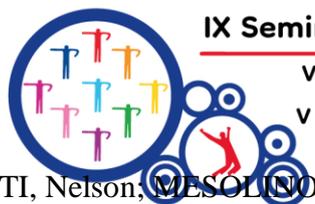
NASCIMENTO, Kelli Faustino do; SILVA, Nelsânia Batista da; COSTA, Luciélio Marinho da. A Marcha das Margaridas como expressão de mobilização e luta das mulheres por uma sociedade inclusiva. Diálogos Inclusivos nos Diferentes Caminhos da Educação na Pauta do V CINTEDI: Tecendo Redes de Solidariedade na Sociedade Pós-Moderna. ISBN 978-65-5222-007-3, 2024.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

- NASCIMENTO, Luciene Acordi Menezes; BAALBAKI, Angela Aiche Kittlaus. Educação popular no Brasil e movimentos sociais: um breve histórico. In: Latinidades-Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços, 2020.
- NATIVIDADE, Melissa de Miranda. A questão agrária no Brasil no governo João Goulart: uma arena de luta de classe e intraclasse (1961-1964). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. p. 1-16.
- NETO, Geraldo Garbelini; DA SILVA, Anamaria Santana. A escola do campo: origens e legislação. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 7, n. 2, p. 97-112, 2019.
- NETO, Luiz Bezerra. Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.
- NORDER, Luiz Antonio Cabello. Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964). Revista Nera, n. 24, p. 133-145, 2014. OLIVEIRA, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, Djacira. Da invisibilidade na memória das lutas sociais ao protagonismo histórico das mulheres no campo. Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p.99-120, fev. 2007.
- OLIVEIRA, Priscila R. C. et al. Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar. In: SEMANA ACADÊMICA DA FDV, 2007, Viçosa. Anais eletrônicos... Viçosa: FDV, 2007.
- PEDON, Nelson Rodrigo. Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2009.
- PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. Revista HISTEDBR On-line, v. 10, n. 40, p. 72-89, 2010.
- PEREIRA, E. T. Educação política: uma experiência com o orçamento participativo. Campinas/SP: Alínea, 2008. PEREIRA, Isabel Brasil et al. Dicionário da educação do campo. 2012.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

- PILETTI, Nelson; MESOLINO, Ivone. A questão da terra no Brasil. São Paulo: Maneco Liv. & Ed., 1999. PRADO JR, Caio. A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.
- PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. Mercator (Fortaleza), v. 16, p. e 16003, 2017.
- ROCHA, R. J. S.; CABRAL, J. P. C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. In: RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"? Brasília: Edição UNESCO Brasil, 2000.
- ROSAS, Paulo. O Movimento de Cultura Popular (MCP). In: 32ª Reunião Anual da SBPC. Rio de Janeiro, 1980.
- SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. (Coleção Memória da Educação.
- SCHWENDLER, Sonia F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. Educar em Revista, n. 55, p. 87-109, jan. 2015.
- SOUZA, Maria Antônia de. Educação e cidadania nos assentamentos de reforma agrária: projetos, possibilidades e limites. Publicatio UEPG - Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, v. 10, n. 1, p. 21-40, 2002.]
- TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, Roseli et al. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012. p. 178-186.
- VALADÃO, Franciele Aparecida. As Mulheres na Educação do Campo Transformando o Território do Pontal do Paranapanema: Estudo Sobre a Participação das Militantes do MST no PRONERA. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.
- FREIRE, P. Pedagogia dos sonhos possíveis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.759742



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

JENKINS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2008 SCHWENDLER, S. F.

O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais¹. Educar em Revista, n. 55, p. 8.